

# CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO: ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Joanita Silmara Moreira <sup>1</sup>  
Nelba Maria Teixeira Pisacco <sup>2</sup>

## RESUMO

Criança em situação de risco é um tema de esfera social e demanda estudos sobre as situações que desencadeiam o acolhimento institucional, os meios de garantia dos direitos das crianças à educação e constituição da rede de apoio para a infância em situação de vulnerabilidade social. Este estudo tem por objetivo investigar o processo de acolhimento de crianças em situação de risco e a sua relação com a escola. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório com análise qualitativa dos indicadores obtidos na revisão da literatura e no levantamento de dados em documentos legais e por meio da aplicação de um questionário. Os participantes da pesquisa foram três profissionais que atuam nas instituições de acolhimento na região dos Campos Gerais do Paraná-BR. Os resultados apontam que, apesar da família ser considerada o elo principal da rede de proteção e apoio às crianças, para uma parcela dela essa microssistema é um fator de risco para o seu desenvolvimento. Nessas circunstâncias, a escola tem papel fundamental na identificação e na denúncia aos órgãos de proteção para serem tomadas as medidas cabíveis, que, quando imprescindível, pode resultar nos encaminhamentos ao acolhimento institucional. De acordo com as respostas obtidas, as crianças continuam a frequentar a escola, geralmente, a mais próxima da instituição. Constatou-se que há escassez de profissionais da área da educação, como pedagogos, nas instituições de acolhimento que orientem seus estudos. A escassez de estudos, a grande relevância social e os resultados obtidos apontaram a necessidade e a importância de maior aprofundamento sobre a temática.

**Palavras-chave:** Infância em situação de risco; Acolhimento Institucional; Educação.

## INTRODUÇÃO

O ambiente familiar, seja qual for seu arranjo, tem grande impacto sobre o percurso do desenvolvimento das crianças. Assim como pode contribuir para favorecê-lo, pode oferecer riscos à infância, permeados pela violência, negligência e crises familiares (Rizzini; Rizzini, 2004), situações que podem impactar o desenvolvimento e ocasionar a necessidade de retirada da criança do convívio familiar e seu encaminhamento para acolhimento. No Brasil, no último ano, cerca de 30 mil crianças e adolescentes encontravam-se em situação de

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), E-mail: [joanitamoreira34@gmail.com](mailto:joanitamoreira34@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFRGS; Professora Adjunta na UEPG, docente do PROFEI/UEPG, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Processos de Aprendizagem (GEP-Proa); E-mail: [nmtpisacco@uepg.br](mailto:nmtpisacco@uepg.br)

acolhimento institucional acolhidos; no Paraná, foram aproximadamente 2800 distribuídos em 282 unidades (Brasil / CNMP, 2024).

Diante dessa realidade, questiona-se: Que situações levavam as crianças a irem para instituições de acolhimento? Como se dá a relação da escola e da instituição de acolhimento com relação ao desenvolvimento das crianças, tendo em vista a ausência da participação da família?

A busca de responder a essas questões, desencadeou a presente pesquisa que teve por objetivo geral investigar o processo de acolhimento de crianças em situação de risco e a sua relação com a escola. O estudo foi desenvolvido no contexto do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Processos de Aprendizagem (GEP-Proa) e apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2023. Originou-se de inquietações sobre as situações de risco envolvendo crianças no Paraná, observadas no contato da autora com a realidade de instituições de acolhimento e nas discussões de estudos.

O estudo é de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, que empregou a revisão da literatura, análise de dados e documentos legais e do questionário aplicado a profissionais que atuam em instituições de acolhimento da região dos Campos Gerais do Paraná. Atendendo os critérios éticos, foram encaminhados convites à participação a 7 instituições, com informações a respeito dos objetivos do estudo, dos seus direitos como participantes, do caráter voluntário e a manutenção do anonimato, por meio do Termo de Consentimento de Livre Esclarecido. Obteve-se retorno de 3 instituições, cujos profissionais responderam aos questionários

## **CONTEXTO BIOECOLOGICO E A INFÂNCIA EM SITUAÇÃO DE RISCO**

A compreensão da infância em risco e suas implicações pode ser abordada a partir da teoria de Bronfenbrenner (1996) que se concentra nas interações complexas entre indivíduos e seus contextos. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, desenvolvido por ele, pode ser aplicado para compreensão de fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil, ao considerar todo o sistema bioecológico que envolve o indivíduo, explicado pelo autor pelo Modelo PPCT, uma interação dinâmica entre quatro dimensões: *pessoa*, *processo*, *contexto* e *tempo* (Bronfenbrenner; Morris, 2006).

A *Pessoa* pode ser entendida como o sujeito, um elemento ativo e interativo do seu próprio desenvolvimento (Pisacco; Domingues, 2023), cujas características individuais interagem com os contextos nos quais ela está inserida, num processo que ocorre ao longo de toda a sua vida. O *Processo* diz respeito às atividades diárias e às múltiplas interações, sua análise possibilita identificar fatores promotores de risco de proteção ao desenvolvimento nos diferentes ambientes (Bronfenbrenner; Morris, 2006). O *contexto* abrange o ambiente com sistemas que se influenciam mutuamente, afetando o desenvolvimento da pessoa, do mais próximo ao mais global: “o microssistema - ambiente imediato, o mesossistema - interações entre microssistemas, o exossistema - ambientes indiretos, e o macrossistema valores culturais e sociais” (Pisacco; Domingues, 2023, p. 9413). Já o *Tempo* considera a continuidade de descontinuidade das ações cotidianas às mudanças ao longo da vida no contexto.

A análise ecológica oferece uma visão abrangente e interativa das interações pessoais e ambientais que permite entender os fatores de risco e fatores de proteção no desenvolvimento humano, cuja complexidade envolve diversas mudanças e amadurecimentos em diferentes áreas da vida (Bronfenbrenner, 1996).

A família é apresentada como a primeira e principal microssistema no desenvolvimento humano, desempenhando um papel fundamental na promoção de proteção e de risco. Para se considerá-la como promotora de fatores de risco, é necessário analisar um número maior de incidências, ou condições negativas interferindo no desenvolvimento do indivíduo, como: problemas emocionais, sociais e físicos (Bronfenbrenner, 1996).

Além disso, destaca-se a importância da escola outro microssistema significativo para o desenvolvimento saudável, “possui papel fundamental na socialização infantil, e é nela que as crianças passam a maior parte do seu tempo” (Poletto; Koller, 2008, p.412), fornecendo fatores de proteção e promovendo a resiliência, exercendo um papel fundamental no desenvolvimento humano.

Os fatores de proteção podem fazer com que haja desenvolvimento saudável mesmo em situação de risco, podem diminuir a vulnerabilidade, produzir um ambiente seguro e propício ao crescimento do indivíduo, promovendo resiliência. Diante disso, seja qual for o contexto (família, instituição ou escola), este pode se configurar como risco ou proteção, isto dependerá da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que tais ambientes propiciarem (Poletto; Koller, 2008),

Ao refletir sobre o contexto mais abrangente, macrosistema e macrotempo, a infância nem sempre foi uma etapa especial da vida, ela é uma construção social recente. A história dos direitos da criança revela como os padrões internacionais avançaram radicalmente ao longo do século XX (UNICEF, Brasil, 2023), com marcos importantes como a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança (1924) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

No Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece direitos específicos para crianças e adolescentes, reforçados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e garante proteção integral em todas as políticas públicas.

O ECA reconhece a importância dos ambientes em que a criança se insere e estabelece diretrizes para um desenvolvimento saudável, refletida nas políticas de assistência social do Brasil. Conforme Barroso (2015), na Lei nº 8.742/1993, que complementa a Constituição Federal ao estabelecer as diretrizes da política de assistência social no Brasil; na Resolução nº. 113 de abril de 2006, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da criança e adolescente, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), estabelece as competências do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

A legislação brasileira adota uma abordagem abrangente e protetiva em relação à infância em risco, com diretrizes que buscam garantir a prioridade absoluta dos direitos das crianças e dos adolescentes, coibindo qualquer forma de negligência, exploração e violência (Barroso, 2015). Reconhece que existem situações em que a infância está sob risco, seja por negligência, violência ou outras formas de vulnerabilidade, situações estas alinhadas ao pensamento de Bronfenbrenner (1996), que ressalta a importância de intervenções contextuais e sistêmicas para garantir o bem-estar. A garantia de direitos da criança que está estabelecidos na Legislação precisa estar alinhada à rede de apoio para que haja suporte necessário para um desenvolvimento saudável e seguro.

Cabe ressaltar que a sociedade civil também possui um papel importante para garantir a continuidade das políticas públicas, utilizar os mecanismos de proteção nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social e a defesa quando os direitos são violados, que conta com apoio dos Conselhos Tutelares, os Centros de Defesa e o Ministério Público.

A “Rede de apoio social é definida como conjunto de sistemas e de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”

(Brito; Koller, 1999 apud Siqueira; Betts; Dell'aglio, 2006). Na infância, a primeira rede de apoio social é a família, “grupo social básico da pessoa, cuja função e estrutura são determinantes em seu desenvolvimento” (Poletto; Koller, 2008, p.411). No decorrer de seu desenvolvimento, a rede de apoio ampliada é composta por diversos atores sociais, como escola, serviços de saúde, assistência social, entre outros, que trabalham em conjunto para garantir a proteção e o desenvolvimento integral das crianças (Siqueira; Betts; Dell'aglio, 2006).

A família, microssistema de apoio onde as relações de afeto e experiências significativas, nem sempre exerce sua função que é o de cuidar e proteger, sendo muitas vezes o principal fator de risco para o desenvolvimento da criança. A escola é outro que possui papel fundamental na socialização das crianças, nela passam a maior parte do seu tempo, exerce grande influência na sua vida e na promoção da cidadania. Cabe a ela desempenhar um papel importante na observação de sinais de situações de maus tratos, violência, abuso e negligência, cometidos por parte da família ou em outras esferas sociais, trabalhando na contramão das situações de risco que envolvem a criança (Poletto; Koller, 2008).

É importante esclarecer que não cabe à escola o papel de investigar a veracidade das informações, nem de punir agressores, mas, para que os órgãos competentes cumpram esse papel, é necessário que haja a comunicação por parte da escola. E, para isso, o requisito básico é que os profissionais da escola prestem atenção aos seus alunos e aos indícios que eles apresentam (Ristum, 2010).

A escola e o Conselho Tutelar são fundamentais na garantia dos direitos. O Conselho Tutelar cumpre um papel paradigmático, a ele cabe tomar as devidas providências para que os direitos sejam atendidos, para que as necessidades de todas as crianças e adolescentes sejam satisfeitas e zelar pelas suas condições de vida. (Frizzo; Sarriera, 2005). Essas intervenções são aplicadas com de forma conjunta com a Vara da Infância e da Juventude que compõem, junto à família e à comunidade escolar, os principais elos da rede de proteção.

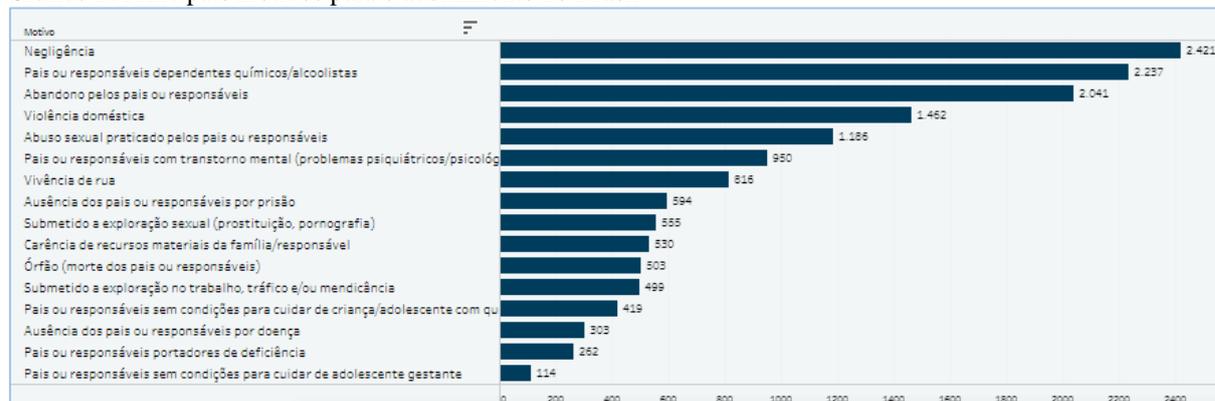
Bronfenbrenner (1996) destaca a resiliência desenvolvida na escola favorece a qualidade de vida e fortalece o convívio social. A forma como a comunidade escolar se relaciona assume esse papel na rede de proteção e apoio às crianças e aos adolescentes, sendo central na rotina dos que estão em situação de acolhimento (Poletto; Koller, 2008).

Em consonância com a proteção da criança em situação de risco, e com ambientes que proporcionem a proteção, destaca-se o papel dos ambientes de acolhimento. “O abrigo é

uma medida de proteção, preconizada pelo ECA (Brasil, 1990), utilizada sempre que os direitos desses estão sob ameaça ou são violados” (Siqueira; Betts; Dell’aglio, 2006).

No Gráfico 1, destacam-se as motivações que demandam este acolhimento na atualidade, sendo que, em sua maioria, relacionam-se ao contexto familiar.

Gráfico 2: Principais motivos para o acolhimento no Brasil



Fonte: Panorama Nacional do Serviço de Acolhimento (Brasil / CNMP, 2024).

Para Bronfenbrenner (1996), o movimento no espaço ecológico pode ser chamado de transição ecológica, que é movimento do ambiente familiar para o acolhimento, provoca inúmeras mudanças na vida e nas redes de apoio social e afetivo da criança. Pode ser uma alternativa positiva, quando outras se esgotam (Siqueira; Betts; Dell’aglio, 2006). No entanto, a permanência da criança na instituição deve passar por avaliações periódicas, pois não deve ultrapassar o tempo máximo de dois anos, salvo casos específicos determinados por ordem judicial, há necessidade de revisão da medida a cada seis meses, priorizando o fortalecimento dos laços afetivos e familiares (Fonseca, 2017).

As instituições de acolhimento são importantes para o desenvolvimento da autonomia e da autoestima, uma vez que proporcionam um ambiente seguro e acolhedor. “A instituição, enquanto novo contexto de desenvolvimento, pode oferecer recursos as crianças e adolescentes para a construção de respostas socialmente válidas para lidar com as adversidades.” (Poletto; Koleer, 2008, p.413). São um espaço que deve proporcionar proteção, cuidado e afeto para as crianças que não podem viver com suas famílias, neste sentido, é fundamental que tenham profissionais capacitados e estrutura adequada para garantir o bem-estar, cuja garantia vai além da estrutura física e profissional que a instituição deve oferecer.

No entanto, elas não devem ser a única alternativa para situações que envolvem risco, deve ser utilizado apenas quando necessário, não um fim em si, “há que se criar alternativas, respeitando-se as necessidades das crianças e seus direitos (Rizzini; Rizzini, 2004, p.78).

Ressaltando-se que atendimento em instituições deve ser visto como parte de uma gama de serviços que pode ser oferecida a crianças e adolescentes em circunstâncias especiais, sendo que essas instituições têm como um dos seus princípios o respeito e dignidade, e a preservação dos vínculos familiares.

Vale retomar o que propõe Bronfenbrenner quanto às relações de interações entre os microsistemas e sua total importância para a construção de um desenvolvimento psicológico saudável. As influências fatores ecológicos no processo influenciam nas experiências e conhecimentos “certamente haverá a possibilidade de se acionarem processos de resiliência que favoreçam a melhoria da qualidade de vida, da saúde e a adaptação das pessoas e da sociedade” (Poletto; Koller, 2008, p.414).

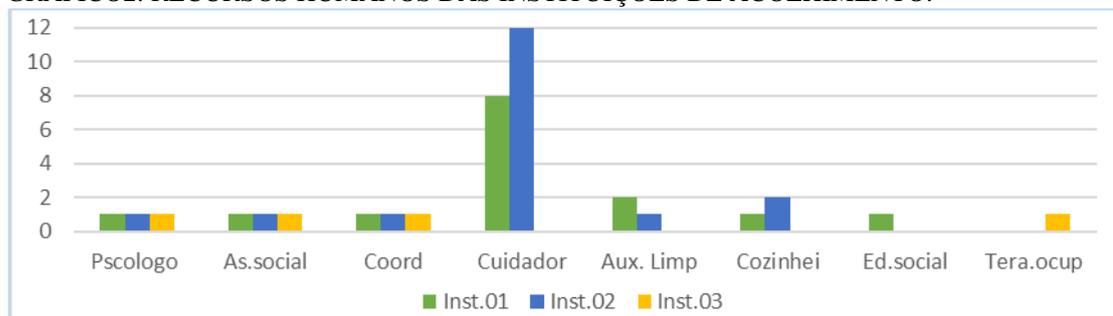
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos questionários enviados, obteve-se retorno de representantes de três instituições de acolhimento de dois municípios, sendo que uma destina-se a crianças, uma a adolescentes e a outra a crianças e adolescentes, todas com capacidade de atender de 20 sujeitos.

Quanto à estrutura física, as instituições 02 e 03 apresentam maiores semelhanças, enquanto a 01 conta com uma infraestrutura mais ampla, como área verde, parquinho e sala de estudo com computadores e livros.

Com relação aos profissionais que atuam nessas instituições, os dados coletados demonstram a característica interdisciplinar e multiprofissional das equipes, como apresenta no Gráfico 2.

GRAFICO2: RECURSOS HUMANOS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO.



Fonte: Questionário (2023).

Os dados apontam semelhança dos recursos humanos. Em duas instituições a maioria dos profissionais são cuidadoras, seguidos por profissionais da limpeza e da cozinha (Inst.03 não forneceu dados neste item). Observa-se a característica interdisciplinar e multiprofissional

da equipe técnica (assistência social, socioeducação, psicologia, educador social e terapeuta educacional). Poletto e Koller (2008) apontaram que as instituições apresentavam um quadro funcional insuficiente, gerando dificuldade no cumprimento das funções e sobrecarga, aspecto não aprofundado nesta pesquisa.

Quanto a causa do encaminhamento das crianças e adolescentes para o acolhimento institucional, constatou-se que, majoritariamente, origina-se de situações familiares e por negligência que colocam esses sujeitos em situação de risco, como:

Abandono pelos pais ou responsáveis; Pais ou responsáveis dependentes químicos/alcoolista; Ausência dos pais ou responsáveis por doença; Carência de recursos materiais da família/responsável; Pais ou responsável sem condições para cuidar de criança/ adolescente com questões de saúde específica; Negligência; Submetido a exploração no trabalho, tráfico e ou / mendicância, [...] abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis, vivência de rua. (Participante 3, Questionário 2023)

Os dados coletados mostraram o envolvimento da família ou responsáveis de forma significativa, semelhante ao que retrata o Gráfico 1, o que justifica a retirada da criança ou do adolescente do contexto familiar por medida de proteção. Rizzini e Rizzini (2004) referem que as causas mais predominantes de institucionalização não se alteraram muito ao longo do tempo.

No que diz respeito ao processo de adaptação das crianças, os participantes destacam pontos favoráveis e desfavoráveis no momento da acolhida:

A equipe é bem treinada para a Acolhida na tentativa de minimizar o sofrimento da separação da família. Como positivo e o principal ponto no momento do Acolhimento é o término da situação de negligência e violência para os acolhidos e, sobretudo, a oferta de proteção e cuidados. Como negativo, destaco o rompimento dos vínculos familiares que é um fator altamente ansiogênico e de sofrimento. (Participante 2, Questionário 2023)

Eles se adaptam bem, o processo de retirada da família é sempre confuso, porém não é realizada pela instituição e sim pelo Conselho Tutelar. (Participante 1, Questionário 2023)

Os desafios enfrentados pelos profissionais para ajudar às crianças a se adaptarem à vida em grupo e lidar com os possíveis conflitos, foram descritos da seguinte forma:

O maior desafio creio que seja a mudança do padrão de comportamento familiar quando baseados em condutas agressivas que são reproduzidas no ambiente institucional. (Participante 2, Questionário 2023)

Por se tratar de adolescentes de 12 a 18 anos, durante o convívio há muitos momentos de brigas e divergências de ideias, que precisam ser mediados. Há também a influência de agentes externos que alteram o convívio dentro do acolhimento com uso de substâncias psicoativas. (Participante 3, Questionário 2023)

[...] como educadora, [...] minhas estratégias eram sempre por meio de diálogo para mediar esses conflitos, organizar rotina de atividade, afazeres escolares e também proporcionar momentos livres, para que eles possam explorar o ambiente com sua criatividade e curiosidade. Dar espaço para se sentirem seguros, para conversar comigo sobre qualquer assunto. Dar importância aos seus sentimentos e emoções para

que se sentissem livres para expressarem com respeito e educação. E alguns projetos desenvolvidos com eles nos quais sempre era explícita a importância da colaboração de todos para uma boa convivência. (Participante 1, Questionário 2023)

Percebe-se nas colocações a importância do espaço físico das instituições para viabilizar diferentes abordagens e propostas, bem como a convivência e espaços de autonomia e independência. Todos ressaltaram o respeito e o incentivo ao desenvolvimento saudável da subjetividade das crianças e dos adolescentes. Observa-se que os desafios são muitos, principalmente, no que se refere a cultura de agressividade adquirida que transpassa no dia a dia do convívio na instituição.

Não apenas na escola, mas nas oportunidades e vivências no contexto do acolhimento institucional, como recreações e atividades educativas, relatadas pelos participantes da pesquisa, são indicadores do empenho das instituições na interação e socialização dos acolhidos. Como destaca Fonseca (2017), as relações de cuidados e amizades são importantes, e estão relacionados a autoestima e o bem-estar, para que mais tarde possam lidar com eventos geradores de estresse, ou para superar o que viveram.

Os dados auxiliaram para a compreensão sobre o processo de acolhimento de crianças em situação de risco e sua relação com a escola. Foi possível identificar que “em muitos casos houve um aumento de interesse pela escola, pelos estudos, por compreensão da importância dos estudos em seus futuros” (Participante 1, Questionário 2023). Obteve-se indicadores do interesse das instituições de acolhimento no acompanhamento escolar:

Há um cuidado com trabalhos, tarefas, datas de entrega, busca de autonomia nos estudos, zelo pelos materiais escolares de modo que nada que eles necessitam falte a eles, e presença da equipe técnica em reuniões e apresentações, apresentações essas que, sempre que possível, a família é convidada a participar. (Participante 1, Questionário 2023)

Com o diálogo com as Instituições de Ensino, participação nos eventos e reuniões, acompanhamentos diários do desempenho e auxiliando no que for necessário. (Participante 2, Questionário 2023)

O acompanhamento é realizado pela instituição e pelo judiciário. (Participante 3, Questionário 2023)

Sobre situações de preconceitos, observou-se uma certa impotência com relação as situações veladas relatadas, desde olhares intimidadores lançados para os profissionais quando identificados pelo uso de jaleco da instituição, ao buscar as crianças na escola (Participante 1, Questionário 2023), ao bullying sofridos pelas próprias crianças e adolescentes no contexto escolar. Noutra direção, constatam-se contribuições da escola para eles, como:

Elas seguem normal na escola, faz diferença quando por algum motivo o acolhido não frequentava a escola, dessa forma ela tem o impacto de mudança na vida deles [...],

nos pré-adolescentes e adolescentes o dano ou impacto positivo é mais evidente. (Participante 1, Questionário 2023)

Assumem maior responsabilidade solidária nos cuidados e desenvolvimento acadêmico [...]. (Participante 2, Questionário 2023)

Observa-se, pelo exposto acima, que os participantes apontam que a escola traz mais resultados positivos na vida acadêmica das crianças acolhidas, bem como indicam a importância da escolarização para as crianças acolhidas nas respostas a seguir.

A inclusão de forma ampla não acontece nem com pequenas diferenças de moradias e famílias, pois eles sempre sofrem com dia dos pais, dia das mães mesmo a escola os acolhendo a mais de 10 anos, quem dirá em outras questões mais evidentes. (Participante 1, Questionário 2023)

A importância do entendimento da Comunidade Escolar quanto aí entendimento de seu Papel na Rede de Proteção, numa atuação mais ativa e que não se limita ao acolhimento e encaminhamento de denúncias. (Participante 2, Questionário 2023)

Destaca-se a importância da comunidade escolar e a conscientização do seu papel na proteção da criança, a ter um olhar mais humano na forma de abordagem da inclusão das crianças em acolhimento institucional (Ristum, 2010).

As diretrizes nacionais e internacionais de proteção abordam a rede de acolhimento, muito bastante presente no relato dos participantes, que demonstram a atuação conjunta entre Conselho tutelar, da instituição de acolhimento e da escola. Com o ECA, “as crianças e adolescentes passaram a ser vistos pela população como pessoas em desenvolvimento e, portanto, precisavam ter garantidos os seus direitos” (Fonseca, 2017, p.286). Sendo o acolhimento um ambiente, que apesar de ser a última medida a ser adotada, é, no entanto, a mais recomendada em casos em que as crianças estão situações de risco, despertando em muitos sentimentos de conforto e proteção.

Outro aspecto evidenciado na pesquisa é a contribuição do pedagogo como integrante do corpo técnico das instituições de acolhimento, tanto pelo profissional com essa formação que atuou como educador social, como nos depoimentos dos demais entrevistados:

Atualmente não temos Pedagogo, mas quando tínhamos, era ele o responsável por manter estreito diálogo com as Instituições de Ensino para o melhor desempenho acadêmico, contribuiu na seleção e inserção em atividades extracurriculares de formação pessoal, profissional, cultural, de lazer e esporte, entre outros. (Participante 2, Questionário 2023).

O pedagogo ocupa um amplo espaço na organização do trabalho pedagógico, sendo um articulador no processo de formação cultural em qualquer espaço educacional. Sua presença, é fundamental na organização das práticas pedagógicas e conseqüentemente na efetivação das propostas. Além de mediador no processo ensino-aprendizagem, de forma a garantir a

consistência das ações pedagógicas e administrativas, pode contribuir com o desenvolvimento integral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora as limitações de uma pesquisa exploratória e do pequeno número de respondentes, o estudo possibilita refletir sobre uma temática de relevância social e aponta a necessidade de maior número de pesquisa na área.

Confirma-se que a maioria das situações de riscos envolvendo as crianças partem do microsistema familiar, permeadas por fatores do macrossistema, que geram fatores de risco e, conseqüentemente, não garantias de direitos e influência negativa sobre o desenvolvimento. Constata-se que a escola e as instituições de acolhimento desempenham papéis fundamentais no apoio e na proteção de crianças e adolescentes. São ambientes que oferecem ajuda afetiva e instrumental para o desenvolvimento da criança, no entanto, podem ser mais eficazes ao cumprir o seu papel.

Indicadores apontam que, embora a retirada da criança e do adolescente da família seja um processo extremamente difícil, em situações graves, contribui para pôr um fim ou amenizar situações de negligência, violência e abandono que, muitas vezes, não só comprometem o desenvolvimento saudável, mas são risco à sua vida. No que se refere ao acolhimento e a sua relação com a escola, a maioria das crianças tem sua rotina escolar alterada, pelo fato de mudarem de escola por motivos de segurança ou de localização. Escolas e instituições de acolhimento, por vezes, buscam realizar um trabalho conjunto, no entanto, há lacunas a serem consideradas pelos profissionais que atuam em ambos os contextos.

Conclui-se que, embora o avanço no estabelecimento de direitos, mostra-se a necessidade de sua garantia e da proteção de crianças e adolescentes para além dos papéis e que reflitam o conjunto de políticas públicas nas instituições educacionais, na formação de professores e na sociedade, para uma melhor forma de amenizar situações de riscos à infância.

## **REFERÊNCIAS**

**BARROSO, E. S. Redes de proteção aos direitos de crianças e adolescentes: a intersectorialidade na interface entre proteção integral e política de assistência social.** Florianópolis -SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Diário Oficial da União: Brasília, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Panorama Nacional do Serviço de Acolhimento**. Brasil: Brasília, Distrito Federal, 2024. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/cnmp/viz/PanoramaNacionaldoServiodeAcolhimento/CumprimentoInstitucional>. Acesso em: Mai. 2024.

BRITO, R; KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In A. M. Carvalho (Ed.), *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação* (pp.115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo,1999.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas,1996.

BRONFENBRENNER, U; Morris. P. A. *The ecology of developmental processes*. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.). **Handbook of child psychology: theoretical models of human development** (Vol.1, pp.993-1027). New York: John Wiley & Sons,1998.

FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. Joao Pessoa-PB: **Revista Psicopedagogia**, 2017.

FRIZZO, K. R.; SARRIERA, J. C. O conselho tutelar e a rede social na infância. São Paulo: **Psicologia USP**, 16(4), 175-196, 2005.

PISACCO, N. M; DOMINGUES, T. G. O desenvolvimento e a aprendizagem numa abordagem sistêmica na Psicologia da Educação. In: **Anais do Educere - XVI Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: Escola de Educação e Humanidades PUC-PR, 2023. p. 9412-9421.

POLETO, M.; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, p. 405-416, 2008.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. Ribeirão Preto: **Temas em Psicologia**, vol. 18, núm. 1, pp. 231-242, 2010.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. Porto Alegre-RS: **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology** - Vol. 40, Num. 2 pp. 149-158,2006.

UNICEF BRASIL. **História dos direitos da criança**. UNICEF Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca> Acesso em: 20 out. 2023.

ISSN: 2359-2915



**CINTEDI**

V Congresso Internacional  
de Educação Inclusiva &  
V Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva